

Orçamento de 2013 será votado em 5 de fevereiro, diz relator

Segundo Romero Jucá, decisão pela Comissão Representativa durante o recesso foi descartada; data para apreciação foi decidida por acordo com líderes da oposição

O RELATOR-GERAL DO Orçamento da União para 2013, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou um acordo entre governo e oposição para votar a proposta em 5 de fevereiro. Segundo ele, houve “quase unanimidade” em torno da data.

O relator-geral disse ter conversado com os líderes do DEM e do PSDB no Senado, que concordaram que a votação seja realizada logo após a eleição da Mesa da Casa — o que deve ocorrer nos dias 1º e 4 de fevereiro.

Jucá disse que a votação do Orçamento pela Comissão Representativa do Congresso Nacional — composta de 19 deputados e 9 senadores —, como havia sido proposto inicialmente, seria legalmente viável. Mas afirmou que, em política, “sempre é melhor um bom acordo”. Lembrou que muitas matérias importantes serão votadas em 2013, citando a importância de se começar o ano com acordo entre governo e oposição.

O senador não acredita que a votação do Orçamento seja contaminada pelas discussões sobre os vetos na lei que regulamenta a distribuição dos royalties do petróleo. Ele disse que

essa discussão se dará posteriormente, já que o acordo costurado vale apenas para a aprovação do Orçamento.

Jucá afirmou que algumas ações do governo ficarão prejudicadas com o atraso na votação do Orçamento. Entre elas, citou as desonerações fiscais previstas para 2013, que ainda dependem de modificações a serem feitas no projeto. Acrescentou que um pouco mais de R\$ 1 bilhão deve ser remanejado para garantir o pagamento do salário mínimo, fixado por decreto em R\$ 678 para o ano que vem. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) havia aprovado o valor de R\$ 674,96 para o mínimo.

O senador garantiu ainda o pagamento do reajuste de grande parte do funcionalismo já para janeiro, uma vez que a lei determina a liberação mensal de 1/12 do valor previsto para o custeio da máquina pública. Mas as categorias de servidores que obtiveram reajuste salarial em negociações posteriores terão de esperar a aprovação do novo Orçamento. Entre essas categorias estão os servidores do Banco Central, da Receita Federal e do Inbra.

Jucá fará reajustes que garantam recursos para mínimo de R\$ 678

A partir de janeiro, o piso salarial do país será de R\$ 678. O aumento de R\$ 56 corresponde a uma correção de quase 9%.

Quando o governo enviou em agosto o projeto do Orçamento Geral da União de 2013, o salário mínimo previsto era de R\$ 670. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), já havia reajustado o valor para quase R\$ 675. Mas agora, a presidente Dilma Rousseff teve que rever o montante final para obedecer à fórmula de aumento do piso salarial, que considera a média do crescimento econômico dos dois últimos anos e a taxa de inflação.

Jucá explicou que serão feitas mudanças no Orçamento para viabilizar mais esse reajuste de cerca de R\$ 3. O senador lembrou que cada real a mais no valor do mínimo representa um impacto de R\$ 300 milhões nas contas da Previdência Social.

— Estava trabalhando com um salário mínimo de R\$ 674 porque a previsão de inflação seria de 5,6%. Agora estamos com uma previsão de inflação de 6,1%. Portanto, novamente precisa ser corrigido o valor final do salário mínimo — disse.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), ressaltou que o aumento não surpreendeu porque o governo apenas



Para Alvaro Dias, governo apenas cumpre lei que define reajuste

cumpriu a lei aprovada pelo Congresso que definiu a fórmula de reajuste do piso salarial do país.

— É muito pouco, mas há que se reconhecer que é um aumento razoável em função das circunstâncias. Há uma pré-crise no país. Os indícios são de que teremos um ano de 2013 difícil. Mesmo sendo oposição, não dá para exigir mais do que isto nesta hora.

A presidente anunciou também a isenção da cobrança do Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados. A partir de agora, os trabalhadores que receberem um benefício de até R\$ 6 mil ficam livres do tributo. Acima desse valor, serão cobradas alíquotas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.



O relator da proposta, senador Romero Jucá, e o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta

Projeto que isenta 13º salário do IR aguarda análise do relator

O 13º salário poderá ficar isento do Imposto de Renda (IR). É o que determina o projeto de lei do senador Lobão Filho (PMDB-MA) que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT).

Depois de passar pela CAS, a proposta será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual receberá

decisão terminativa (não precisará da aprovação do Plenário).

Na avaliação de Lobão Filho, a lei que trata do IR tem distorções, razão pela qual decidiu apresentar o projeto (PLS 266/12). Segundo ele, a incidência do IR é feita na fonte com aplicação das mesmas alíquotas da tabela progressiva, o que não permite que o 13º salário receba os mesmos

abatimentos e deduções — assim, a dedução se faz por alíquotas mais altas.

O senador argumenta que o 13º é importante para o trabalhador e para a economia. Ao justificar a proposta, Lobão Filho observou que esse dinheiro dinamiza a economia, atua com significativa função social e contribui para a redistribuição de renda.

O adicional de recursos,

ressaltou, gera movimento de compras de fim de ano, insere os trabalhadores no mercado de consumo e contribui para a formação de poupança para socorrer o cidadão em momentos de endividamento ou de excesso de despesas, como as de educação em início de ano.

A isenção, disse Lobão Filho, beneficiará os trabalhadores sem afetar o Orçamento do

governo, uma vez que a parcela dispensada retornará aos cofres públicos sob a forma de tributos incidentes sobre o consumo, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as contribuições para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e o para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Temas federativos mobilizaram Senado em 2012

Ano foi marcado por divergências entre estados; avançou-se no ICMS incidente sobre produtos importados, mas nova partilha dos royalties do petróleo atrasou Orçamento

EM 2012, O Senado se viu envolvido na discussão de temas difíceis, capazes de redefinir o equilíbrio financeiro da Federação e a relação entre os estados. Em um ambiente de embate político, os senadores deram início às discussões de um novo pacto federativo, alteraram as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos importados e instituíram uma nova forma de distribuição dos royalties de petróleo — esse tema expôs as divisões estaduais e atrasou a votação do Orçamento da União para 2013.

As divisões políticas, como é natural no Congresso, ficaram explícitas na atuação de uma das CPIs deste ano. Criada para investigar as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos, a comissão encerrou seus trabalhos sem uma conclusão de consenso. Como resultado, foi



Página especial da Agência Senado mostra a retrospectiva de 2012: da Lei de Acesso à Informação à cassação do mandato de senador de Demóstenes Torres

aprovado um relatório alternativo que acabou por não propor indiciamentos.

Entretanto, as investigações do esquema de Cachoeira, iniciadas pela Polícia Federal, levaram à punição de um parlamentar. O Senado não hesitou em cassar o mandato de um de

seus integrantes mais atuantes, Demóstenes Torres.

Divergências à parte, o Senado avançou em temas importantes, como o Ato Médico (projeto que disciplina as atividades dos profissionais de saúde), o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos, o

endurecimento da Lei Seca e a flexibilização das licitações para as obras da Copa.

Todos esses assuntos estão reunidos em uma página

especial da Agência Senado. A retrospectiva 2012 reúne textos, áudios, fotos e vídeos que dão uma visão completa dos trabalhos do Senado no ano.

Veja a retrospectiva do ano na página especial produzida pela Agência Senado: <http://www12.senado.gov.br/retrospectiva2012/>

Licitação de obra com risco ambiental pode ser mais rigorosa

As empresas interessadas em participar de obras públicas que envolvam “potencial risco ambiental” deverão apresentar uma prova de atendimento de requisitos de sustentabilidade.

A determinação consta do PLS 25/07, do ex-senador Tião Viana. Pela proposta, a certificação ambiental passa a ser critério de desempate em licitações públicas.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 12 de

dezembro. Logo em seguida, abriu-se o período de apresentação de recursos para que a proposta seja apreciada em Plenário. O prazo encerra-se em 5 de fevereiro. Se até lá não for apresentado recurso, o projeto vai para a Câmara.

O texto aprovado modifica a Lei 8.666/93, que estabelece normas para licitações e contratos da administração pública. Segundo a proposta, em casos de igualdade de condições em licitações públicas, será assegurada preferência, para efeito de desempate, aos bens e serviços “possuidores de certificação ambiental, emitida por entidade com competência reconhecida pelo órgão federal de metrologia e normalização”.

Atualmente, são beneficiados pelos critérios de desempate os bens e serviços produzidos no país, produzidos ou prestados por empresas brasileiras ou produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.



Campanha Madeira Legal, da Agência de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH): certificação poderá desempatar licitações

Empresa deve provar sustentabilidade

A segunda inovação do projeto é que passará a ser exigida das empresas que participarão de licitações públicas, como parte da documentação relativa à qualificação técnica, uma “prova de atendimento de requisitos de sustentabilidade ambiental”.

Esses requisitos serão definidos no edital, “sempre que a obra, serviço ou produto licitado envolver potencial

dano ambiental, seja por sua natureza ou pela localização das instalações necessárias à sua execução ou fornecimento”. O relator na CCJ, Anibal Diniz (PT-AC), considerou que a proposta merece “efusiva aprovação”, por incorporar à legislação “elemento de estímulo empresarial na busca de certificação ambiental”.

O autor do projeto, Tião Viana, ressaltou que o Brasil

aloca cerca de 30% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em compras públicas e, por isso, deve privilegiar empresas que colaboram com as metas ambientais do país. “É inadmissível que o Estado compre móveis fabricados com madeira extraída ilegalmente ou resmas de papel elaboradas a partir de celulose produzida sem o devido plano de manejo”, justifica Viana.



Relator na CCJ, Anibal aponta estímulo à certificação ambiental das empresas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333